

A Colômbia disse Não e seguiu partida em duas

Com 6.424.3852 votos, e superando o Sim por 60.000 votos, os colombianos rejeitaram nas urnas o Acordo de Paz negociado por seis anos entre o governo e as FARC, resultado que nem mesmo os uribistas que o promoveram esperavam. Esta votação marca o início de uma fase de incerteza e instabilidade sobre o que virá para um governo que baseou toda a sua governabilidade no êxito do processo de paz. Mas mesmo que os acordos sejam afundados, a negociação do conflito pode ser salva.

Os discursos de Timochenko dizendo que “a palavra continuará sendo sua única arma” e a manutenção do cessar-fogo bilateral por Juan Manuel Santos e o convite a todas as forças políticas (ou seja, Álvaro Uribe) para definir uma estratégia para salvar a solução negociada são um bom presságio. Mas a resposta de Uribe ainda está faltando (sobre a qual faremos uma nova história) e o curso das coisas dependerá dela.

O país que disse não

Com 99,64% das mesas contadas, 37,4% dos colombianos elegíveis para votar o fizeram, 50,23% votaram Não. Foi um comparecimento semelhante ao do primeiro turno, quando a maquinaria e o clientelismo não desempenharam um papel na votação geral.

Enquanto o Governo aguardava um voto favorável ao Acordo de 10 milhões de votos e todas as sondagens (cujas credibilidade voltou a cair no chão) davam ao Sim uma vantagem de mais de 20 pontos, o resultado foi totalmente decepcionante para aqueles que desejavam pôr fim ao conflito com as FARC.

Uma primeira conclusão da votação é que há uma rejeição e uma desconfiança muito profunda em relação às FARC. É tão profundo que todas as ações que foram feitas para passar os acordos e o

limiar não deram frutos: baixar o limiar, o show em Havana e Cartagena, usando validadores internacionais e até mesmo condicionando a vinda do Papa para ganhar o Sim.

É evidente que sem um acordo político não há um acordo de paz legítimo. De certa forma, a mesma coisa aconteceu a Álvaro Uribe com a desmobilização dos paramilitares.

A segunda conclusão é que o país que menos sofreu com o conflito votou de forma muito diferente para o país que foi mais duramente atingido pela violência.

Dos 81 municípios mais afetados pelo conflito, segundo a Fundação Pares, em 67 ganhou o Sim e apenas em 14 ganhou o Não.

Por exemplo, em Bojayá, Chocó, onde as FARC massacraram cerca de 100 pessoas, o Sim arrasou. No Cauca, um dos departamentos mais atingidos pelas FARC, que já destruiu aldeias duas e três vezes, o Sim teve o dobro do Não e venceu em todos os municípios. Em Tibú, outro lugar onde as FARC tem dado as cartas, o Sim quase dobra o Não. Em Bucaramanga, por outro lado, onde nunca houve guerrilheiros, o Não bateu o Sim por mais de 11%. Em Bogotá, ganhou o Sim por 12%, ou mais de 300 mil votos.

A distribuição regional dos votos do Sim coincidiu com o voto em Juan Manuel Santos no primeiro e segundo turnos presidenciais de 2014, quando uma coalizão pelo Acordo de Paz foi imposta entre os partidos da Unidade Nacional e a esquerda. Mas não no fluxo eleitoral.

Há cinco exceções. Três onde o candidato Uribe venceu as eleições presidenciais de 2014 e agora ganhou o Sim: Boyacá, Vichada e Amazonas. E dois onde aconteceu o contrário: Santander e Norte de Santander, que podem explicar a diferença em relação ao Sim.

Outro aspecto que ficou claro nestas eleições é que a máquina

política – sem a ajuda da marmelada- é incapaz de mover as suas bases.

Em Barranquilla, menos de 150.000 pessoas votaram Sim, 100.000 a menos que no segundo turno presidencial. E 108.000 pessoas votaram Não, 23.000 mais do que aqueles que votaram em Óscara Iván Zuluaga.

Em Sahagún, o paraíso da ñoñomania, uma noite antes das eleições costuma haver geralmente um desfile de pessoas pelos comandos, de ônibus bloqueando para o transporte; as pessoas nem sequer dormem pensando no líder que pode ascender. Mas ontem não vimos nada disso. Os próprios caciques previam que o resultado seria metade do que Santos obteve no primeiro turno, quando os políticos tradicionais não moveram sua clientela para “deixar-se contar” e fazer com que Santos tivesse que comprar seu apoio.

E tiveram razão.

As implicações

A implicação mais imediata desta votação é que não será possível implementar o Acordo que levou ao desaparecimento das FARC como guerrilha e que começará a existir como partido político legal e a actuar segundo as regras da democracia.

Em outras palavras, não há fim para um conflito armado de 52 anos, que – como La Silla disse várias vezes – deixou um longo rastro de dor e traumatizou a vida política do país.

Embora o custo humano deste conflito não tenha sido calculado com precisão, os números aproximados dão uma ideia do sofrimento: 13.001 vítimas de minas antipessoal, a maioria delas plantadas pelas FARC; 21.900 sequestrados, segundo o ex-sequestrado e líder das vítimas deste flagelo Herbin Hoyos; mais de 3.500 crianças recrutadas, segundo o relatório Basta Ya de Memoria Histórica; dezenas de aldeias destruídas, torres demolidas, oleodutos bombardeados; mais de 30 mil camponeses

despojados pelas FARC, segundo os casos recebidos pela Unidade de Restituição de Terras.

Há 220 mil colombianos que perderam a vida entre 1958 e 2013 por causa do conflito armado, segundo o relatório Memória Histórica. Apenas uma fração deles estava nas mãos das FARC, mas a maioria dos outros – os dos paramilitares, os das forças estatais – também foram justificados por causa de sua existência.

Não é possível quantificar as capturas maciças que foram injustamente feitas para encontrar os supostos ajudantes das FARC. Nem os torturados pelas forças de segurança para extrair informações que levariam aos guerrilheiros. Nem as famílias que terminaram pagando por um sequestro ou que terminaram porque não conseguiram superar o trauma. Nem aqueles que ficaram doentes de angústia, nem aqueles que, em troca de serem uma coisa, acabaram sendo outra por causa do ódio, do medo ou mesmo da ilusão desencadeada neles pela revolução fariana.

Por conseguinte, o facto de a maioria dos colombianos ter rejeitado o Acordo que encerrou definitivamente este conflito armado com as FARC é uma notícia que surpreende muitos colombianos e que será, sem dúvida, incompreensível para a comunidade internacional.

Seu efeito imediato é que as frentes de guerrilha que iriam chegar nos próximos dias às zonas onde se concentrariam por um máximo de seis meses durante o processo de depor suas armas não o farão mais e permanecerão no limbo enquanto o que aconteceu é decantado.

Também não iniciará o processo legislativo acelerado nem os poderes especiais para extrair as leis e as reformas legislativas necessárias para começar a implementar os acordos de paz.

Mas, sem dúvida, o maior impacto está na governabilidade de

Juan Manuel Santos.

A governabilidade de Santos

O triunfo do Não é uma grande derrota para Juan Manuel Santos, que a partir de hoje é deixado com pouca governabilidade desde que ele tinha posto seu governo para girar em torno deste acordo de paz e foi incapaz de convencer os colombianos de sua bondade.

Isto apesar de ter conduzido uma negociação séria e judiciosa. E ter do seu lado o apoio não só de todos os partidos exceto o Centro Democrático, mas de centenas de organizações e movimentos sociais, de grandes meios de comunicação como El Tiempo e Semana, de todo o cacau, de todo o aparelho estatal até 16 prefeitos de grandes cidades e 21 governadores em campanha diante de você. Por outras palavras, de todos os fatores de poder exceto Uribe.

Há alguns meses, quando, numa entrevista da BBC, o jornalista lhe perguntou o que aconteceria se ele ganhasse o Não, Santos insinuou que se demitiria. E esta possibilidade, sem dúvida, estará em cima da mesa a partir de hoje.

Mesmo que este debate não se realize e ele não desista, o seu espaço de manobra a partir de agora é muito limitado, uma vez que Santos pôs todos os seus ovos no cesto da paz.

A sua incapacidade demonstrada de persuadir os colombianos deixa-o perante a terrível decisão de ter de lançar seis anos de negociação ao mar, e também sem um plano claro B (estão atualmente a reunir-se para o conceber). É o Brexit a la Colombiana e hoje ele é o David Cameron.

Sua aposta em convocar um plebiscito, que inicialmente serviu para abrir um espaço de negociação em uma sociedade que o havia escolhido para acabar de aniquilar militarmente as FARC e também como instrumento de negociação contra as FARC, não saiu e agora ele terá que enfrentar as consequências. Que são

imprevisíveis.

O mais imediato é que não será capaz de implementar os acordos. Ou seja, as Farc não irão concentrar-se, nem será ativado o ato legislativo para a paz que põe em funcionamento o sistema de via rápida.

O que vem a seguir só será conhecido nos próximos dias, quando o governo – que estava totalmente confiante de que ganharia com pelo menos dez pontos de diferença – superar o choque.

Quando o fizer, vai estar entre duas pressões muito fortes. O uribismo que certamente reclamará um lugar privilegiado na “renegociação” dos acordos com algumas Farc que insistiram até o cansaço que não havia espaço para negociar uma vírgula adicional. E as dos movimentos e organizações sociais que vão pressionar para que a negociação não seja lançada fora.

Certamente isto reabrirá o espaço para a convocação de uma Assembléia Constituinte, um processo que em qualquer caso levará pelo menos um ano.

Um ano em que a economia poderia ser afetada pela incerteza política e pela confusão causada pelas notícias na comunidade internacional que já haviam sido jogadas a favor do Sim.

E um ano em que, para sua desgraça, Álvaro Uribe estará novamente no centro das decisões mais importantes sobre o futuro do país.

Uribe não explica tudo

O triunfo do Não é uma vitória para Álvaro Uribe, a face mais visível do Não e que conseguiu dar-lhe uma linguagem e exacerbar a rejeição dos colombianos das Farc e do Governo e a volta que Juan Manuel Santos deu ao curso de Segurança Democrática.

Mas talvez a sua popularidade não explique tudo. Depois de 52 anos infligindo danos à população, o povo passou a fatura às

FARC, que, exceto nas últimas horas, não conseguiram ter a humildade de pedir perdão aos colombianos e comprometer-se a reparar as vítimas com seu dinheiro. Não se pode fazer tudo o que se fez e se afastar. As suas ações deixaram marcas. E neste momento eles não terão a desculpa da manipulação da mídia para explicar este resultado, já que neste caso a propaganda foi a seu favor.

Com 6.411.832 votos a favor do Não, qualquer cenário futuro diante das FARC passará por Álvaro Uribe, que agora será parcialmente responsável por propor como fazer a negociação do 'melhor acordo', que ele disse ser possível se ganhasse sua opção.

É também a porta que se abre para o seu retorno ao poder no corpo de outrem (ou no seu, se isso não levar à convocação de uma Assembléia Constituinte onde tudo é rejeitado, inclusive a proibição da reeleição).

O Santos, então, é um grande perdedor nesta contenda. Mas ele não é o único ou o mais perdedor. O mesmo acontece com os milhares de colombianos que vivem nas zonas mais afetadas pelo conflito e que votaram esmagadoramente a favor do Sim com a ilusão de que a Colômbia urbana os tornaria uma prioridade no momento da votação.

Mas talvez nem tudo esteja perdido. Ficou demonstrado, uma vez mais, que existe uma democracia na Colômbia e que a Registradoria não é um apêndice do Governo. Mais de treze milhões de pessoas estavam interessadas no destino do país sem serem pagas para comparecer à votação. Inclusive frente aos acordos, há uma ligeira possibilidade de que se salve algo do esforço.

Em dezembro de 1989, o governo Barco colapsou a aprovação dos acordos com o M-19 porque queria pendurar a proibição de extradição e o M-19 e o governo teve que salvar o processo mesmo que os acordos fracassassem.

Talvez com generosidade, criatividade e serenidade se salve a oportunidade de negociar a paz agora que as FARC, Álvaro Uribe e praticamente todos os colombianos concordam que esta é a melhor saída para este país. De repente, a fórmula é encontrada.

Original: [La Silla Vacía](#)